

#### MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MDS



# CENSO SUAS 2017 Conselho de Assistência Social

# MANUAL DE PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO CONSELHOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

As informações declaradas pelo agente público neste questionário possuem Fé Pública e constituem registros administrativos do Sistema Único de Assistência Social. O fornecimento de informações inverídicas sujeita o agente responsável a sanções administrativas, civis e penais.

RECOMENDA-SE A LEITURA PRÉVIA DESTE MANUAL PARA O CORRETO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Brasília, 2017.

#### **APRESENTAÇÃO**

O questionário eletrônico dos Conselhos deverá ser preenchido pelos municípios no período de **2 de outubro a 1 de dezembro de 2017**.

Os questionários devem sempre ser preenchidos primeiramente em papel. Dessa maneira, assegura-se que no momento de inserir os dados no sistema eletrônico todas as informações necessárias já tenham sido coletadas e validadas pelos responsáveis. É sugerido a validação dos questionários em reunião do Conselho.

Caso o município tenha alguma dúvida e/ou necessite de algum apoio ou esclarecimento, ele deverá entrar em contato com a respectiva Secretaria Estadual ou, se necessário, contatar o MDS por meio do e-mail vigilanciasocial@mds.gov.br, ou pelos telefones 61 2030 3118/ 3130/ 3954/ 3026/ 3127, ou ainda pelo 0800 707 2003.

O questionário em papel, assinado pelo agente público responsável pelas informações prestadas, deverá ser arquivado pelo município. Para envio das informações ao MDS, as respostas deste questionário deverão ser fielmente digitadas no sistema eletrônico no endereço <a href="http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/censosuas">http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/censosuas</a>. O MDS recebe as informações do Censo SUAS exclusivamente pelo sistema eletrônico.



## Senha de Acesso para preenchimento do questionário eletrônico

Para preencher o questionário eletrônico do CENSO SUAS 2017, os responsáveis devem utilizar o login e a senha de acesso aos sistemas da Rede SUAS. Para que o acesso ao questionário eletrônico seja liberado, é necessário que o responsável pelo preenchimento tenha perfil de acesso ao CADSUAS (cadsuas.município ou cadsuas.estado).

Problemas relativos à senha de acesso são solucionados exclusivamente pelo telefone:

## 0800 707 2003

Em caso de dúvida e/ou necessidade de apoio ou esclarecimento, entrar em contato com a respectiva Secretaria Municipal de Assistência Social ou, se necessário, contatar o MDS por meio do e-mail vigilanciasocial@mds.gov.br, ou pelos telefones 61 2030 3118/ 3130/ 3954/ 3026/ 3127, ou ainda pelo 0800 707 2003.

Recomenda-se o uso do navegador Mozilla Firefox para o preenchimento e o envio do questionário eletrônico.

#### BLOCO 1 – IDENTIFICAÇÃO DO CONSELHO

O Bloco I – Identificação do Conselho no Censo SUAS 2017 será extraído das informações já preenchidas nas abas 'Identificação' e 'Endereço' do Sistema de Cadastro do SUAS (CADSUAS).



#### ATENÇÃO!

Se a Unidade da qual se deseja preencher o questionário do Censo SUAS 2017 já está cadastrada no CADSUAS os dados de identificação já serão exibidos na página inicial do Censo.

#### CASO SEJA NECESSÁRIO ATUALIZE ESTES DADOS NO CADSUAS

Nome que identifica o Conselho:	
O nome que identifica o conselho é a denominação atribuída ao Conselho de Assistência Social – Estadual, Municipal ou do DF, a fim de melhor identificá-la. É composto da seguinte forma: "Conselho" + esfera de atuação (municipal, estadual) + "Assistência Social de" + Nome do município ou estado. Ex. Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Feliz.	
Selecione o Tipo de Logradouro (avenida, rua, etc):	
Informe a identificação do endereço, por exemplo: rua, avenida, praça, quadra etc., onde se situa este CRAS	
Endereço: Número:	
Informe o endereço deste Conselho de acordo com o nome da rua, avenida, praça, quadra etc. onde se localiza, conforme endereço de correspondência, considerado pelos Correios e Telégrafos (ECT).	
Atenção! EVITAR ABREVIAÇÕES!	
Complemento:	
O complemento refere-se a alguma informação adicional relativa ao endereço, que seja importante informar para melhor localização. Caso não possua nenhuma informação adicional, deixar o item em branco.	
Bairro:	
Informe o bairro, sem abreviações, no qual está situado o Conselho.	
<u>Para o Distrito Federal</u> , deve ser informada a Região Administrativa na qual está localizado o Conselho ainda que este referencie mais de uma Região Administrativa.	
Ponto de Referência:	
Informe um ponto de referência, local conhecido e próximo ao Conselho, que auxilie na sua localização. O ponto de referência é um local conhecido e estratégico (EX.: igreja, comércio, praça etc) que possa auxiliar na localização do endereço mais facilmente, por exemplo, próximo à Igreja Matriz.	
CEP:UF:UF:	
Informe o Código de Endereçamento Postal da rua onde se situa o conselho, no seguinte formato: nn.nnn-nnn (ex:70.788-090).	
Município: (Seleção)	
Selecione o município no qual está situado o Conselho.	
<u>Para o Distrito Federal</u> , no campo Município deve ser informado Brasília, independentemente da Região Administrativa na qual está localizado o conselho.	
UF:	
Selecione a Unidade Federada na qual se situa este Conselho	
F-mail:	

Informe o endereço eletrônico deste CRAS. Se este CRAS não possuir um endereço eletrônico, informe o e-mail da Secretaria Municipal de Assistência Social ou congênere, ou, ainda, o da Prefeitura Municipal. O e-mail informado deve ser institucional. Apenas na ausência deste pode ser informado e-mail particular.

DDD = Telefone:   _   _   -   _   _   _   _   _   Ramal:   _   _   _
Informe o número do telefone deste Conselho de Assistência Social Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, no seguinte formato: DDD com 02 (dois) dígitos e número do telefone com 08 (oito) dígitos. Por exemplo: (61) 3433-8783. Caso neste Conselho não exista telefone, informe o da Secretaria Municipal de Assistência Social ou congênere, ou, ainda, o da Prefeitura Municipal. Caso neste Conselho exista mais de um telefone, indique no campo específico o ramal que possa ser contatado.
Fax:   _ _ _
Informe o número do FAX do Conselho de Assistência Social Estadual, Municipal ou DF, caso o mesmo possua.
BLOCO 2 - REGULAÇÃO
1. Informe o ano de publicação da Lei que criou o Conselho:
Indique o ano de publicação da Lei que concebeu o Conselho. Caso não esteja criado em Lei, responder "Não".
_ _  Não está criado em Lei <i>(pule para a questão 4)</i>
2. Houve alteração da Lei original por alguma Lei posteriormente aprovada?
Informe se ocorreu mudança na Lei original por outra Lei ratificada a posteriori.
Sim
3. Caso sim, informe o ano da Lei que alterou a Lei original de criação do Conselho:
Aponte o ano do último incremento do Regimento. Caso o Regimento nunca tenha sido atualizado, informar a data da redação original.
4. Esse conselho possui regimento interno?
Marque esta opção para os casos em que o conselho tem regimento interno elaborado e aprovado.
Não <i>(pule para a questão 6)</i>
Marque esta opção para os casos em que o conselho não tem regimento interno aprovado.
Regimento interno é um conjunto de regras estabelecidas por um grupo para regulamentar o seu

**Regimento interno** é um conjunto de regras estabelecidas por um grupo para regulamentar o seu funcionamento. É, portanto, o conjunto de normas que rege, disciplina e regulamenta o funcionamento de um Conselho. Geralmente, é aprovado por meio de Resolução.

O Regimento Interno dos conselhos deve conter o detalhamento de suas competências, de acordo com o que está definido na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), na Lei de criação do conselho e na Resolução CNAS n° 237, de 2006. Fonte: Resolução CNAS n°237/2006 e Orientações Gerais do CNAS para a Adequação da Lei de Criação dos Conselhos às normativas vigentes e ao exercício do controle social no SUAS (de junho/2010 e atualizada em janeiro/2013).

#### 5. Caso sim, informe o ano da última atualização do Regimento:

Considere o ano da publicação do instrumento legal, ou o ano da última atualização. Ex.: 2011, 2012, etc.



Atenção! Caso o Regimento nunca tenha sido atualizado, informe a data redação original

6. Quais conteúdos estão previstos nas normatizações do Conselho e em que instrumento está normatizado? (Admite múltiplas respostas)

#### Processo de eleição da Presidência e Vice-Presidência

Informe se nas normativas estão descritos os critérios para concorrência à vaga de presidente e vice-presidente nas eleições do conselho.

#### Processo de eleição dos conselheiros representantes da sociedade civil

Informe se nas normativas estão descritos os critérios para concorrência à vaga de conselheiro da sociedade civil nas eleições do conselho; duração do mandato; direitos e deveres; funções; destituição do cargo; entre outras situações relevantes para a exercer o cargo.

#### Alternância na Presidência do Conselho entre representantes do governo e da sociedade civil

Informe se as normativas descrevem os procedimentos legais a serem seguidos para que haja alternância na presidência do conselho entre representantes do governo e da sociedade civil.

#### Trâmites para substituição de conselheiros e perda de mandatos

Informe se está previsto nas normatizações deste Conselho o trâmite para substituição de conselheiros e perda de mandatos e em qual instrumento está normatizado

#### Atribuições da Presidência do Conselho

Informe se está previsto nas normatizações deste Conselho as atribuições da Presidência do Conselho e em qual instrumento está normatizado

#### Atribuições da Vice-Presidência do Conselho

Informe se está previsto nas normatizações deste Conselho as atribuições da Vice-Presidência do Conselho e em qual instrumento está normatizado

#### Atribuições da Secretaria Executiva do Conselho

Informe se está previsto nas normatizações deste Conselho as atribuições da Secretaria executiva do Conselho e em qual instrumento está normatizado

## Quantidade de vagas destinadas a representantes de usuários ou de organizações de usuários da assistência social na representação da sociedade civil

Informe se está previsto nas normatizações deste Conselho a quantidade de vagas destinadas a representante de usuários ou de organizações de usuários da assistência social na representação da sociedade civil e em qual instrumento está normatizado

Quantidade de vagas destinadas a representantes de trabalhadores ou de organizações de trabalhadores da assistência social na representação da sociedade civil

Informe se está previsto nas normatizações deste Conselho a quantidade de vagas destinadas a representante de trabalhadores ou de organizações de trabalhadores da assistência social na representação da sociedade civil e em qual instrumento está normatizado

## Quantidade de vagas destinadas a representantes de entidades de assistência social na representação da sociedade civil

Informe se está previsto nas normatizações deste Conselho a quantidade de vagas destinadas a representação de entidades ou organizações da assistência social na representação da sociedade civil e em qual instrumento está normatizado

## Quantidade de vagas destinadas a representantes de gestores municipais de assistência social na representação do governo a serem escolhidos no Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS (somente para Conselhos Estaduais)

Informe se está previsto nas normatizações deste Conselho Estadual a quantidade de vagas destinadas a representante de gestores municipais da assistência social, na representação do governo a serem escolhidos no colegiado estadual de gestores municipais da assistência social e em qual instrumento está normatizado.

#### Periodicidade das reuniões ordinárias do Plenário

Informe se está previsto nas normatizações deste Conselho a periodicidade das reuniões ordinárias do Plenário e em qual instrumento está normatizado

#### Formas de funcionamento das comissões permanentes

Informe se está previsto nas normatizações deste Conselho as formas de funcionamento das comissões permanentes e em qual instrumento está normatizado

#### Antecedência de divulgação da pauta das reuniões ordinárias

Informe se está previsto nas normatizações deste Conselho a divulgação prévia da pauta das reuniões ordinárias e em qual instrumento está normatizado

## Forma de publicização (modo pelo qual a sociedade pode tomar conhecimento da informação pública) das atas do Conselho

Informe se está previsto nas normatizações deste Conselho a forma de publicização das atas do Conselho, ou seja, tornar público, de maneira informal, por exemplo: internet, sites, boletins informativos as atas do Conselho e em qual instrumento está normatizado.

#### BLOCO 3 – INFRAESTRUTURA DO CONSELHO

### 7. O Conselho possui um local/sede específico para o seu funcionamento?

Sede é o local onde o Conselho funciona regularmente. É o espaço ou <u>lugar fixo</u> (endereço/sala) que o conselho ocupa para o desenvolvimento de suas atividades, com endereço e salas para realizar suas reuniões ordinárias e para o funcionamento regular da Secretaria Executiva.

·
Sim
Marque esta opção para os casos em que o conselho <u>TENHA</u> um local fixo para seu funcionamento.
Não
Marque esta opção nos casos em que o conselho <b>NÃO TENHA</b> um lugar fixo para seu funcionamento.

#### 8. No prédio em que se localiza o Conselho funcionam outras instituições ou unidades?

Para responder esta questão verifique se o espaço do conselho é compartilhado com outras instituições ou unidades.
Sim
Marque esta opção se o imóvel onde funciona o Conselho também é utilizado para o funcionamento de outras instituições ou unidades. Marque esta opção se pelo menos 1 dos espaços do Conselho é compartilhado.
Não (pule para a questão 10)
Marque esta opção se o imóvel onde funciona o Conselho <u>é exclusivo</u> para as suas atividades
9. Caso sim, indique quais: (Admite múltiplas respostas)
Indique entre as opções listadas aquelas instituições ou unidades que funcionam no mesmo imóvel onde funciona o Conselho.
Secretaria de Assistência Social ou congênere
Refere-se à utilização de um único imóvel tanto para funcionamento da Secretaria de Assistência Social Municipal, Estadual ou do DF (ou congênere), quanto do respectivo Conselho.
Outra unidade administrativa (Sede de Prefeitura, Sede de Governo, Administração Regional, etc)
Refere-se à utilização de um único imóvel tanto para funcionamento de outras unidades administrativas, tais como a sede da prefeitura municipal, administração regional, subprefeitura, secretaria(s) setorial (is) (secretaria municipal de educação, secretaria municipal de saúde, secretaria municipal de habitação, dentre outras) – quanto do respectivo Conselho;
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
Refere-se à utilização de um único imóvel para funcionamento tanto do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) quanto do Conselho.
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
Refere-se à utilização de um único imóvel para funcionamento tanto do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) quanto do Conselho.
Outra unidade pública de serviços da Assistência Social
Refere-se à utilização de um único imóvel tanto para funcionamento do Conselho quanto de outras unidades públicas que ofertam serviços de Assistência Social que extrapolem a função do Conselho (por exemplo: plantão social).
Unidade de Saúde
Refere-se à utilização de um único imóvel tanto para funcionamento do Conselho quanto de unidade ou serviço de saúde. Esse item deve ser assinalado mesmo que seja compartilhado apenas um tipo de serviço da saúde, por exemplo, atendimento odontológico à comunidade.
Escola
Refere-se à utilização de um único imóvel tanto para funcionamento do Conselho quanto de escola ou outra atividade escolar (classe de educação infantil, ensino fundamental ou médio, alfabetização de adultos, dentre outros).
Associação Comunitária
Refere-se à utilização de um único imóvel tanto para funcionamento do Conselho quanto de associação

comunitária de qualquer caráter, por exemplo, associação de moradores, clube de mães, cooperativas, entre

outros.

#### |\_\_| ONG/Entidade/Organização da Sociedade Civil

Refere-se à utilização de um único imóvel tanto para funcionamento do Conselho quanto de uma (ou mais) ONG (Organizações Não-Governamental) ou outras Entidades vinculadas à sociedade civil, por exemplo, entidades religiosas, fundações ligadas a empresas, organizações internacionais, etc.

#### | | Conselho Tutelar

Refere-se à utilização de um único imóvel tanto para funcionamento do Conselho quanto do Conselho Tutelar.

#### |\_\_| Outros Conselhos

Refere-se à utilização de um único imóvel tanto para funcionamento do Conselho quanto do Conselho de outras políticas públicas, por exemplo, conselho da saúde, conselho dos direitos humanos, etc.

#### |\_\_| Outros

Refere-se à utilização de um único imóvel tanto para funcionamento do Conselho quanto para a oferta de qualquer outro tipo de serviço ou atividade, que não sejam atribuições do Conselho ou da rede setorial mencionada nos itens anteriores.

#### 10. Descreva o espaço físico do Conselho:

Indique os espaços físicos utilizados para o Conselho. Nas questões referentes à recepção basta indicar sua existência ou não.

#### Quantidade de Salas com capacidade de no máximo 15 pessoas (exclusivo)

Informar o número de salas de uso exclusivo do Conselho, com capacidade máxima para 15 pessoas. Aqui devem ser contadas tanto as salas utilizadas para reuniões dos conselheiros, das comissões temáticas, se houver, como as salas que são utilizadas pela equipe da secretaria executiva.

#### Quantidade de Salas para mais de 15 pessoas (exclusivo)

Informar o número de salas de uso exclusivo do Conselho, com capacidade para mais 15 pessoas, incluindo as salas para reuniões plenárias, reuniões das comissões temáticas, se houver, como salas utilizadas pela equipe da secretaria executiva.

#### Quantidade de Salas com capacidade de no máximo 15 pessoas (compartilhado, caso exista)

Informar o número de salas de uso compartilhado do Conselho, com capacidade máxima para 15 pessoas. Aqui devem ser contadas tanto as salas utilizadas para reuniões dos conselheiros, das comissões temáticas, se houver, como as salas que são utilizadas pela equipe da secretaria executiva.

#### Quantidade de Salas para mais de 15 pessoas (compartilhado, caso exista)

Informar o número de salas de uso compartilhado do Conselho, com capacidade para mais 15 pessoas, incluindo as salas para reuniões plenárias, reuniões das comissões temáticas



#### Atenção!

É obrigatório preencher todos os campos, mesmo que seja com o numeral "zero".

Cada sala deve ser contada uma única vez!



#### Para responder esta questão observe que:

- É necessário quantificar as salas que o Conselho possui.
- No caso da Quantidade Total de Banheiros, é preciso contar apenas os cômodos que são usados como banheiros (independentemente da quantidade de divisórias ou vasos sanitários que existam em cada banheiro).

#### **EXEMPLO:**

Se o Conselho possui duas salas exclusivas com capacidade de no máximo 15 pessoas, uma sala de uso compartilhado para mais de 15 pessoas, três banheiros e não possui recepção, o quadro deve ser preenchido da seguinte forma:

Salas de uso exclusivo do Conselho	Quantidade de Salas
Quantidade de Salas com capacidade de no máximo 15 pessoas	_0_ _2_
Quantidade de Salas para mais de 15 pessoas	_0_ _0_
Salas de uso compartilhado (caso existam)	Quantidade de Salas
Salas de uso compartilhado (caso existam)  Quantidade de Salas com capacidade de no máximo 15 pessoas	Quantidade de Salas

Quantidade de Banheiros	_0_	_ _3_
Demais Ambientes	Pos	ssui?
Recepção	Sim	_x_  Não

11. Quais os equipamentos e materiais disponíveis, em funcionamento, para o desenvolvimento das atividades deste Conselho: (Admite múltiplas respostas)

Equipamentos e materiais são os objetos utilizados por uma unidade para a realização de suas tarefas, atividades e cumprimento de suas funções.

Informe quais os equipamentos e materiais que o Conselho tem, em perfeito funcionamento, disponíveis no local de realização de suas atividades e que são para o uso dos conselheiros e equipe técnica administrativa da secretaria executiva do Conselho.

Telefone de uso exclusivo do Conselho
Telefone de uso compartilhado
Material de Escritório
Equipamento de som
Televisão (TV)
DVD
Datashow
Veículo de uso exclusivo
Veículo de uso compartilhado
Acervo bibliográfico
Máquina Copiadora
Impressora

12. Indique a quantidade de computadores, em perfeito funcionamento, disponíveis para uso do Conselho:

Indique o número de computadores de uso exclusivo e compartilhado do Conselho. Ademais, quantos desses computadores estão conectados à internet.

#### Quantidade total de computadores de uso exclusivo do Conselho

Informe a quantidade total de computadores em funcionamento que seja de USO EXCLUSIVO do conselho.

Quantos dos computadores de uso exclusivo estão conectados à internet

Dentre o número total de computadores do Conselho, informe a quantidade de computadores de USO EXCLUSIVO do conselho estão conectados à internet.

#### Quantidade total de computadores de uso compartilhado

Informe a quantidade de computadores em funcionamento que seja de uso compartilhado com outras instituições ou unidades.

#### Quantos dos computadores de uso compartilhado estão conectados à internet

Dentre o número total de computadores do Conselho, informe a quantidade de computadores compartilhados conectados à internet.

#### Atenção!

É obrigatório preencher todos os campos, mesmo que seja com o numeral "zero".

Cada computador deve ser contada uma única vez!

#### **EXEMPLO:**

Se o Conselho dispor de quatro computadores de uso exclusivo com acesso à internet e três de uso compartilhado sendo dois com acesso à internet, o quadro deve ser preenchido da seguinte forma:

Quantitativo de computadores de USO EXCLUSIVO do Conselho	
Quantidade total de computadores de uso exclusivo do Conselho	_0_ _4_
Quantos dos computadores de uso exclusivo estão conectados à internet	_0_ _4_
Quantitativo de computadores de USO COMPARTILHADO (uso pelo órgão/unidade)	conselho e outro
Quantidade total de computadores de uso compartilhado	_0_ _3_
Quantos dos computadores de uso compartilhado estão conectados à internet	_0_ _2_

#### **BLOCO 3 – SECRETARIA EXECUTIVA**

#### 13. O Conselho possui Secretaria Executiva (unidade de apoio para seu funcionamento)?

Secretaria Executiva é uma unidade administrativa de apoio e assessoramento técnico ao conselho e que tem como responsabilidade dar suporte à Presidência, ao Colegiado, Comissões e Grupos de Trabalhos para cumprimento de suas atribuições. Deve-se aqui informar se na estrutura do conselho existe a Secretaria Executiva.

Sim	Não <i>(pule para a questã</i> o 1	16)
•		

#### 14. O (a) Secretário (a) Executivo (a) trabalha exclusivamente no Conselho?

Informar se o Secretário (a) Executivo(a) cumpre sua carga horária semanal de trabalho APENAS no Conselho, ou se cumpre parte de sua carga horária de trabalho em outras instituições ou unidades da administração pública.

Sim	ão
-----	----

#### 15. Quantos funcionários estão lotados na Secretaria Executiva do Conselho?

Indique o quantitativo de empregados que realizam funções exclusivas ao Conselho e o número de colaboradores que, além do trabalho no Conselho, exercem atividades que não são associadas ao Conselho.

_ _ _	_  funcionários exclusivos da Secretaria Executiva do Conselho
_ _ _	_  funcionários não exclusivos da Secretaria Executiva do Conselho

16. Horário de funcionamento do Conselho:
Indique quantos dias na semana e a quantidade de horas por dia que o Conselho exerce sua função.
dias por semana
Informe o número total de dias de funcionamento do Conselho em uma semana típica de trabalho (sem feriados)
horas por dia
Informe o número total de horas diárias de funcionamento do Conselho em um dia típico de trabalho (sem carga horária reduzida)
BLOCO 5 – ORÇAMENTO DOS CONSELHOS

17. Na lei orçamentária de 2017, há previsão de recursos específicos do órgão gestor destinados à manutenção e funcionamento do conselho?

Considere como recursos específicos aqueles recursos orçamentários do órgão gestor que são reservados e transferidos regularmente ao conselho para sua manutenção e funcionamento.

| | Sim

Marque esta opção para os casos em que o órgão gestor da assistência no município transfere regularmente recursos para o funcionamento do conselho.

| | Não

Marque esta opção para os casos em que o conselho não recebe recursos do órgão gestor da assistência social para sua manutenção.

18. Os 3% do Índices de Gestão Descentralizada (IGD-Bolsa Família e IGD-SUAS) são destinados a custear despesas do funcionamento do Conselho?

**IGD/SUAS** - visa avaliar a qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito dos municípios, DF e estados, bem como a articulação intersetorial. Conforme os resultados alcançados pelos entes, a União apoiará financeiramente o aprimoramento da gestão do SUAS como forma de incentivo.

IGD/Bolsa- Família - regulamentado pela Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, o resultado do índice é um número que varia de 0 a 1, revelando a qualidade da gestão do Programa Bolsa Família (PBF) no âmbito municipal e refletindo os compromissos assumidos pelos municípios no Termo de Adesão ao Bolsa Família (Portaria GM/MDS nº 246/05).

Com base nesse indicador, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) repassa recursos aos municípios para façam a gestão do Programa. É importante observar que quanto maior o valor do IGD, maior será o valor do recurso transferido ao município.

Com base nesses indicadores, há o repasse de recursos aos municípios, estados e ao Distrito Federal, diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para os respectivos Fundos de Assistência Social.

É importante atentar que há a previsão legal de aplicação obrigatória de 3% dos recursos do IGD/PBF e do IGD/SUAS nos Conselho de Assistência Social. Sendo assim, responda se há ou não aplicação deste recurso no conselho.

Sim
Marque esta opção para os casos em que o conselho da assistência municipal, estadual ou DF <u>FAZ</u> uso dos 3% de recursos dos Índices de Gestão Descentralizada (IGD–Bolsa Família e IGD–SUAS) para custear despesas de seu funcionamento.
Não
Marque esta opção para os casos em que o conselho da assistência municipal, estadual ou DF <u>NÃO FAZ</u> uso dos 3% de recursos dos Índices de Gestão Descentralizada (IGD–Bolsa Família e IGD–SUAS) para custear despesas de seu funcionamento.
Não sabe
Marque esta opção para os casos em que o conselho da assistência municipal, estadual ou DF <u>NÃO SABE</u> se faz uso dos 3% de recursos dos Índices de Gestão Descentralizada (IGD/Bolsa Família e IGD/SUAS) para custear despesas de seu funcionamento.
19. Houve alteração no aporte dos recursos da Gestão Municipal para este Conselho se comparado esse ano ao ano anterior? <i>(resposta única)</i>
Assinale se ocorreu mudança na contribuição de subsídios da Gestão Municipal para o Conselho em comparação com o ano anterior.
Não houve alteração no aporte de recursos
O aporte de recursos aumentou
O aporte de recursos reduziu
Não sabe
20. Em qual faixa percentual o conselho executou o aporte financeiro disponibilizado para o seu funcionamento? <i>(resposta única)</i>
seu funcionamento? (resposta única)  Marque, dentre as faixas, o percentual de aporte financeiro utilizado para funcionamento do Conselho.
seu funcionamento? (resposta única)  Marque, dentre as faixas, o percentual de aporte financeiro utilizado para funcionamento do Conselho.  Lembrando que o percentual é calculado a partir da contribuição financeira viabilizada para o funcionamento.
seu funcionamento? (resposta única)  Marque, dentre as faixas, o percentual de aporte financeiro utilizado para funcionamento do Conselho.  Lembrando que o percentual é calculado a partir da contribuição financeira viabilizada para o funcionamento.    De 0 a 25%
seu funcionamento? (resposta única)  Marque, dentre as faixas, o percentual de aporte financeiro utilizado para funcionamento do Conselho.  Lembrando que o percentual é calculado a partir da contribuição financeira viabilizada para o funcionamento.    De 0 a 25%     De 25 a 50%
seu funcionamento? (resposta única)  Marque, dentre as faixas, o percentual de aporte financeiro utilizado para funcionamento do Conselho.  Lembrando que o percentual é calculado a partir da contribuição financeira viabilizada para o funcionamento.    De 0 a 25%     De 25 a 50%     De 50 a 75%
seu funcionamento? (resposta única)  Marque, dentre as faixas, o percentual de aporte financeiro utilizado para funcionamento do Conselho.  Lembrando que o percentual é calculado a partir da contribuição financeira viabilizada para o funcionamento.    De 0 a 25%     De 25 a 50%     De 50 a 75%     De 75 a 100%
seu funcionamento? (resposta única)  Marque, dentre as faixas, o percentual de aporte financeiro utilizado para funcionamento do Conselho.  Lembrando que o percentual é calculado a partir da contribuição financeira viabilizada para o funcionamento.    De 0 a 25%     De 25 a 50%     De 50 a 75%     De 75 a 100%
Seu funcionamento? (resposta única)  Marque, dentre as faixas, o percentual de aporte financeiro utilizado para funcionamento do Conselho. Lembrando que o percentual é calculado a partir da contribuição financeira viabilizada para o funcionamento.    De 0 a 25%    De 25 a 50%    De 50 a 75%    De 75 a 100%    Não sabe  21. Informe se as seguintes despesas são custeadas por este Conselho: (resposta única por
Seu funcionamento? (resposta única)  Marque, dentre as faixas, o percentual de aporte financeiro utilizado para funcionamento do Conselho.  Lembrando que o percentual é calculado a partir da contribuição financeira viabilizada para o funcionamento.    De 0 a 25%    De 25 a 50%    De 50 a 75%    De 75 a 100%    Não sabe  21. Informe se as seguintes despesas são custeadas por este Conselho: (resposta única por linha)
seu funcionamento? (resposta única)  Marque, dentre as faixas, o percentual de aporte financeiro utilizado para funcionamento do Conselho.  Lembrando que o percentual é calculado a partir da contribuição financeira viabilizada para o funcionamento.    De 0 a 25%     De 25 a 50%     De 50 a 75%     De 75 a 100%     Não sabe  21. Informe se as seguintes despesas são custeadas por este Conselho: (resposta única por linha)  Assinale a periodicidade em que as categorias abaixo são custeadas pelo Conselho.
seu funcionamento? (resposta única)  Marque, dentre as faixas, o percentual de aporte financeiro utilizado para funcionamento do Conselho.  Lembrando que o percentual é calculado a partir da contribuição financeira viabilizada para o funcionamento.    De 0 a 25%    De 25 a 50%    De 50 a 75%    De 75 a 100%   _ Não sabe  21. Informe se as seguintes despesas são custeadas por este Conselho: (resposta única por linha)  Assinale a periodicidade em que as categorias abaixo são custeadas pelo Conselho.  Deslocamento dos conselheiros para as reuniões ordinárias
seu funcionamento? (resposta única)  Marque, dentre as faixas, o percentual de aporte financeiro utilizado para funcionamento do Conselho.  Lembrando que o percentual é calculado a partir da contribuição financeira viabilizada para o funcionamento.    De 0 a 25%     De 25 a 50%     De 50 a 75%     De 75 a 100%     Não sabe  21. Informe se as seguintes despesas são custeadas por este Conselho: (resposta única por linha)  Assinale a periodicidade em que as categorias abaixo são custeadas pelo Conselho.  Deslocamento dos conselheiros para as reuniões ordinárias  Hospedagem/Alimentação dos conselheiros para reuniões ordinárias
Seu funcionamento? (resposta única)  Marque, dentre as faixas, o percentual de aporte financeiro utilizado para funcionamento do Conselho. Lembrando que o percentual é calculado a partir da contribuição financeira viabilizada para o funcionamento.    De 0 a 25%    De 25 a 50%    De 50 a 75%    De 75 a 100%    Não sabe  21. Informe se as seguintes despesas são custeadas por este Conselho: (resposta única por linha)  Assinale a periodicidade em que as categorias abaixo são custeadas pelo Conselho.  Deslocamento dos conselheiros para as reuniões ordinárias  Hospedagem/Alimentação dos conselheiros para reuniões ordinárias  Deslocamento dos conselheiros para reuniões descentralizadas

Gastos com a compra de equipamentos (computadores, impressoras, entre outros)

Material de Escritório

#### BLOCO 6 - CONFERÊNCIAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

22. O Conselho acompanhou o cumprimento das deliberações da Conferência Municipal (ou Estadual, no caso de CEAS, ou CAS/DF) de Assistência Social de 2015? Informar se o Conselho acompanhou e/ou propõe ações com vistas a atender às deliberações da conferência em seu âmbito de atuação. |\_\_| Sim, por meio de comissão específica constituída para tal fim. |\_\_ | Sim, por meio de comissão não específica. |\_\_ | Sim, através de relatórios de gestão. |\_\_| Sim, por outros meios. |\_\_ | Não acompanhou. 23. O orçamento do órgão gestor do ano de 2017 previu recursos específicos para a realização da Conferência Municipal (ou Estadual, no caso de CEAS, ou CAS/DF) de 2017? Informar se no orçamento do órgão gesto de 2017 foi previsto recursos distintos para a execução de Conferências em 2017. |\_\_| Sim |\_\_| Não 24. O Conselho realizou a Conferência Municipal (ou Estadual, no caso de CEAS, ou CAS/DF) de Assistência Social no ano de 2017? Assinalar se o Conselho executou conferência de Assistência Social no ano de 2017. | | Sim (pule para a questão 27) | |Não 25. O Conselho realizou reuniões de mobilização para a conferência do ano de 2017? Marque se o Conselho efetuou encontros de mobilização para a conferência do ano de 2017. | | Sim | |Não 26. Qual o número total de participantes na Conferência Municipal (ou Estadual, no caso de CEAS, ou Distrital, no caso do CAS/DF) de 2017? Indique o quantitativo de pessoas que participam da conferência realizada em 2017. |\_\_|\_| delegados |\_\_|\_\_| observadores **BLOCO 7 – DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO** 

#### Questões específicas para os Conselhos Estaduais:

#### 27. O Conselho delibera sobre os critérios de repasse de recursos para municípios?

Os Conselhos Estaduais de Assistência Social (CEAS), além da deliberação sobre o repasse de recursos para entidades, discute o repasse de recursos para os municípios.

Sim
Marque esta opção se o Conselho Estadual delibera sobre o repasse de recursos para os municípios do Estado respectivo.
Não
Deverão indicar a opção "Não" aqueles conselhos que NÃO DELIBERAM a respeito do repasse de recursos para municípios.
29. O Concelho acompanho ao reuniãos do Comissão Interrectora Trinortito?
28. O Conselho acompanha as reuniões da Comissão Intergestora Tripartite?
A Comissão Intergestora Tripartite (CIT) é um espaço de negociação e pactuação de caráter permanente para discussão quanto aos aspectos operacionais da gestão do sistema descentralizado e participativo da assistência social. A CIT em três níveis de gestão (federal, estadual e municipal).
Sim
29. Como se dá a participação deste Conselho na CIB?
A Comissão Intergestora Bipartite tem representatividade em dois níveis de gestão (estadual e municipal) e, assim como a CIT, é um local de interlocução e pactuação de caráter permanente para discussão quanto aos aspectos operacionais da gestão do sistema descentralizado e participativo da assistência social. Assinale, nas alternativas abaixo, como acontece a participação do Conselho na comissão.
o representante é eleito pelo CEAS e frequenta a CIB de forma contínua
o representante é eleito pelo CEAS e frequenta a CIB de forma esporádica
o representante não é eleito, mas há conselheiros na CIB de forma contínua
o representante não é eleito, e há conselheiros na CIB de forma esporádica
não há representação do CEAS na CIB
30. No último ano, quantas reuniões da CIB o conselho de assistência social acompanhou?
Indique o número de reuniões da CIB acompanhadas pelo Conselho.
_   reuniões    não sabe
31. Como é a relação deste Conselho com os Conselhos Municipais de seu estado?
Assinale o tipo de vínculo entre o Conselho e os Conselhos Municipais.
divulga para Conselhos Municipais as deliberações do CEAS
divulga para Conselhos Municipais outras normativas
presta atendimento aos conselheiros municipais quanto ao cumprimento das competências do CMAS
desenvolve atividades em parceria
outros. Qual?
32. Quantos conselheiros do Conselho Estadual de Assistência Social são representantes do

Informe a quantidade de conselheiros estaduais que são representantes do Coegemas.

congênere? (se nenhum informar "zero")

Conselho Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas) ou

#### |\_\_||\_| Conselheiros



Caso não houver representantes no Coegemas, informe 0 "Zero".

#### Fim das questões específicas para os Conselhos Estaduais

33. Conselho tem calendário anual de reuniões ordinárias estabelecido?
Considere para responder esta questão a existência, ou não, de calendário das reuniões <b>ordinárias</b> , que são aquelas previstas no regimento interno, que fazem parte da programação anual das atividades do conselho.
Sim
34. Considerando todas as reuniões plenárias do Conselho (ordinárias e extraordinárias), quantas reuniões foram realizadas no ano de 2016? (não considerar as reuniões realizadas apenas por Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho - GT´s).
Informe o <u>total</u> de reuniões plenárias (ordinárias e extraordinárias) realizadas durante o ano de 2016 por este Conselho.
Reunião plenária é aquela em que houve a convocação dos membros do Conselho, tanto em <u>caráter ordinário</u> , ou seja, a reunião já estava programada para um período de tempo, quanto em <u>caráter extraordinário</u> , ou seja, reunião que ocorrem em dia ou hora diferentes dos que haviam sido definidos para as reuniões ordinárias.
Atenção!  Considerar <u>apenas as reuniões plenárias</u> .  NÃO é para considerar as reuniões de Comissões Temáticas nem as de  Grupos de Trabalho e similares.
reuniões realizadas.
35. De que forma as atas do Conselho são publicizadas (tornam-se de conhecimento para a sociedade)? <i>(admite múltiplas respostas)</i>
Informar como o Conselho divulga para a sociedade as atas aprovadas em reuniões ou assembleias e os documentos que regulamentam e normatizam uma matéria (resoluções).
Para responder a esta questão considere "publicizar" a ação ou efeito de tornar público, de maneira formal ou informal, por exemplo: internet, sites, boletins informativos, etc.
Não são publicizadas
As atas não ficam disponibilizadas para acesso fácil e livre ao público.
Ficam no Conselho em local de livre acesso para a população usuária
As atas ficam guardadas no Conselho, e caso alguém tenha interesse em ter acesso deve ir até o conselho e solicitar a leitura.

|\_\_| São enviadas aos Conselheiros e/ou suas entidades

As atas das	reuniões	são en	tregues peri	odicar	mente aos cons	selheiros,	seja p	essoal	mente,	por e-mail	ou corre	eio.
São conselho		s às	entidades	de	Assistência	Social	que	não	estão	represe	ntadas	no
			tregues per seja por e-r		mente às entid u correio.	lades de a	ssistê	ncia so	ocial, me	esmo que	não este	ejam
São e no conse		aos re	epresentar	ites e	e organizaçõ	es de us	uário	s que	não e	stão repr	esenta	das
			tregues per seja por e-r		mente às entid u correio.	lades de a	ıssistê	ncia so	ocial, me	esmo que	não este	ejam
São represent			-	ões e	entidades	de trab	alhad	ores	do se	or que	não es	tão
					mente às entid seja por e-mai			adore	s da assi	stência so	cial, me	smo
Dispo	onibilizad	os no	site do C	onsel	ho							
As atas das	reuniões s	são dis	ponibilizada	s no s	ite conselho pa	ara livre a	cesso	do púl	olico.			
Em B	oletins p	roduz	idos pela	área (	de assistênc	ia social						
As decisõe distribuída		das r	euniões faz	em p	arte do conte	údo de p	ublica	ções ¡	oeriódic	as do con	selho e	são
00.4		~ ,	. ~		~			11.7				
36. As o	deliberaç	ões/re	soluções	do Co	onselho são	publicad	das er	m diá	rio ofic	ial?		
Informar s	e as decis	ões to	madas pelo	Cons	<b>onselho são</b> elho e que são do Diário Ofic	o registra					oluções	são
Informar s levadas ao	e as decis conhecim	ões to ento do	madas pelo o público po	Cons r meio	elho e que sã	o registra cial.					oluções	são
Informar s levadas ao	e as decisi conhecime	ões to ento do <b>eraç</b> õ	madas pelo o público po <b>ŏes/resolu</b>	Cons r meio	elho e que sã o do Diário Ofic	o registra cial. das	ıdas p	or me	io de at	as ou res	-	
Informar s levadas ao    Toda Marque es oficial.	e as decisi conhecime s as delik ta opção s	ões to ento do <b>eraç</b> se <u>tod</u>	madas pelo o público po <b>čes/resolu</b> as as delibe	Cons r meio <b>ções</b> raçõe	elho e que sã o do Diário Ofic são publicac	o registra cial. das produzida	ıdas p	or me	io de at	as ou res	-	
Informar s levadas ao     Toda  Marque es oficial.     A ma	e as decisiconhecimos as delikata opção s	ões to ento de <b>eraç</b> se <u>tod</u> <b>delib</b> e	madas pelo o público po <b>óes/resolu</b> as as delibe erações/re	Cons r meio ções raçõe soluç	elho e que sã o do Diário Ofic <b>são publicac</b> s/resoluções p	o registra cial. das produzida:	idas p	or me	io de at	as ou res	ns em di	ário
Informar s levadas ao     Toda  Marque es oficial.     A ma  Marque es oficial.	e as decisiconhecimos as delikota opção sioria das ta opção s	ões to ento de <b>peraç</b> é se <u>tod</u> <b>delib</b> e e <u>a ma</u>	madas pelo o público po óes/resoludas as as delibe erações/re aioria das de	Cons r meio ç <b>ões</b> raçõe <b>soluç</b> elibera	elho e que são o do Diário Ofic são publicado s/resoluções p ções é public	o registra cial. das oroduzida cada es produ	idas p	or me	io de at	as ou res	ns em di	ário
Informar s levadas ao     Toda  Marque es oficial.     A ma  Marque es oficial.     A me	e as decisiconhecimos as delikata opção sita opção sita das tade das	ões to ento de peraçõe se tod delibe e a ma	madas pelo o público po ões/resolu- as as delibe erações/re aioria das de	Cons r meio ções raçõe soluç elibera	elho e que são do Diário Ofic são publicados/resoluções p ções é publicados eções/resoluçõ	o registra cial. das produzida. cada es produ	ndas p	or me	io de af	publicada	as em di da em di	ário
Informar s levadas ao     Toda  Marque es oficial.     A ma  Marque es oficial.     A me  Marque es oficial.	e as decisiconhecimos s as delik ta opção s toria das ta opção s tade das ta opção s	ões to ento de peraçõe se tod delibe e a ma	madas pelo público po público po público po público po po público po po público público po público público po público público po público público público público po público po público público público público público público po público po público p	Cons r meio ções raçõe soluç elibera	elho e que são do Diário Ofices s/resoluções publicado ações/resoluções publicado ações/resoluções publicações é p	o registra cial. das produzida eada es produ	ndas p	or me	io de af	publicada	as em di da em di	ário
Informar s levadas ao     Toda  Marque es oficial.     A ma  Marque es oficial.     A me  Marque es oficial.	e as decisiconhecimos s as delik ita opção s toria das ta opção s tade das ta opção s	ões to de libe e a me delibe de delibe e delibe	madas pelo público po público po público po público po público po po público po po público público po público públi	Cons r meio ções raçõe soluç elibera	elho e que são do Diário Ofices s/resoluções publicado eções é publicações /resoluções pações/resoluções publicações é publicações/resoluções publicações/resoluções publicações for publicaçõ	o registra cial. das produzida eada es produ eada es produ	idas p s pelo zidas p	conse	io de af	publicada é publicad	as em di da em di	ário ário
Informar s levadas ao     Toda  Marque es oficial.     A ma  Marque es oficial.     A me  Marque es oficial.     A mi  Marque es oficial.	e as decisiconhecimos s as delik ta opção s ta opção s tade das ta opção s noria das ta opção s	ões to de tod.  delibe e a ma  delibe e a ma  delibe e a ma	madas pelo o público po  o público po  o es/resolu- as as delibe  erações/re aioria das de  erações/re etade das de  erações/re etade das de  erações/re noria, das d	Cons r meio ções raçõe soluç elibera soluç elibera	elho e que são do Diário Ofices sao publicados/resoluções publicados/resoluções publicações é publicações/resoluções/reso	o registra cial. das produzida: eada des produ des produ	idas p s pelo zidas p	conse	io de af	publicada é publicad	as em di da em di	ário ário

37. O município (ou estado no caso de CEAS, ou DF no caso do CAS/DF), tem Plano de Assistência Social?

O **Plano de Assistência Social** é um instrumento de planejamento estratégico, cujo objetivo é nortear a execução da Política de Assistência Social. Este instrumento normativo está previsto na Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da política, com a devida aprovação do respectivo Conselho de Assistência Social.

O Plano contém os objetivos da política, as diretrizes e as prioridades deliberadas, as ações e estratégias

O Plano contém os objetivos da política, as diretrizes e as prioridades deliberadas, as ações e estratégias correspondentes para sua implementação, as metas estabelecidas, os resultados e impactos esperados, os recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários, os mecanismos e fontes de financiamento, a cobertura da rede prestadora de serviços, os indicadores de monitoramento e avaliação e o espaço temporal de execução.

espaço temporar a	e execução.
Indicar a existência	ou não de Plano de Assistência Social no município, estado ou DF.
Sim	Não <i>(pule para a questão 40).</i>
	o deliberou sobre o Plano de Assistência Social do município (ou do Estado no EAS, ou do DF no caso do CAS/DF)?
instrumento de ge	NOB/SUAS, o Plano de Assistência Social (PAS) dos municípios, estados, ou DF, é um stão para o planejamento técnico e financeiro da Política de Assistência Social e do Sistema cia Social – SUAS. A elaboração do PAS é de responsabilidade do órgão gestor da política e

Indicar se o conselho delibera pela a aprovação ou não do Plano de Assistência Social no município, estado ou DF.

deve ser deliberado (aprovado ou não) pelo respectivo Conselho de Assistência Social.

	Sim		Não
--	-----	--	-----

#### 39. Qual foi o ano da aprovação do último Plano de Assistência Social por este Conselho?

Indique o ano de aprovação do último Plano.

#### 40. Assinale os temas discutidos pelo Conselho em 2016: (Admite múltiplas respostas)

Como órgãos de caráter deliberativo e paritário, os Conselhos de Assistência Social têm a finalidade de formular estratégias, controlar e fiscalizar a execução da Política de Assistência Social. Aos conselhos cabe como principais atribuições: exercer a orientação e o controle do Fundo de Assistência Social avaliando e fiscalizando a gestão dos recursos; aprovar o Plano de Assistência Social e suas adequações; acompanhar e controlar a execução da política de Assistência Social; zelar pela implementação e pela efetivação do SUAS; aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a Assistência Social; aprovar o Relatório Anual de Gestão; entre outros.

Neste item assinale o tema ou os temas discutidos por esse Conselho no ano de 2016

Neste item assimate o tema oa os temas aiscatiaos por esse conseino no ano de 201
II Plano de Ação
Informe se esse Conselho discutiu o Plano de Ação no ano de 2017
I_I Demonstrativo de Execução Físico Financeira
Informe se esse Conselho discutiu o Demonstrativo de Execução Financeira de 2017
II Plano de Assistência Social
Informe se esse Conselho discutiu o Plano de Assistência Social em 2017

I\_I Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária (LOA)

Orçamentária (LOA) em 2017
I_I Deliberações da(s) Conferência(s)
Informe se esse Conselho discutiu as deliberações das Conferências da Assistência Social
I_I Planejamento das atividades do Conselho
Informe se esse Conselho discutiu o planejamento das atividades do Conselho em 2017
I_I Acompanhamento do Programa Bolsa Família
Informe se esse Conselho discutiu o acompanhamento do Programa Bolsa Família em 2017
I_I Acompanhamento do Benefício de Prestação Continuada
Informe se esse Conselho discutiu sobre o acompanhamento do Benefício de Prestação Continuada
I_I Benefícios Eventuais
Informe se esse Conselho discutiu sobre Benefício Eventuais em 2017
I_I Financiamento, implantação, organização e oferta de serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios socioassistenciais de Proteção Social Básica
Informe se esse Conselho discutiu o financiamento, implantação, organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais <u>específicos da Proteção Social Básica</u> no ano de 2017.
I_I Financiamento, implantação, organização e oferta de serviços socioassistenciais, programas, projetos e benefícios socioassistenciais de Proteção Social Especial
Informe se esse Conselho discutiu o financiamento, implantação, organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais <u>específicos da Proteção Social Especial</u> no ano de 2017.
I_I Inscrição de entidades de assistência social
Informe se esse Conselho discutiu a inscrição de entidades de assistência social
I_I Fiscalização das ofertas prestadas pelos equipamentos públicos de assistência social
Informe se esse Conselho discutiu a respeito de formas de realização da fiscalização da oferta de serviços público de assistência social em 2017.
I_I Fiscalização das ofertas prestadas pelas entidades de assistência social
Informe se esse Conselho discutiu a fiscalização da oferta de serviços privados da assistência social em 2017
I_I Intersetorialidade e transversalidade na Política de Assistência Social
Informe se esse Conselho discutiu sobre a intersetorialidade e transversalidade na Política de Assistência Social em 2017
II Participação popular e mobilização social
Informe se esse Conselho discutiu sobre a participação popular e mobilização social em 2017
I_I Capacitação para trabalhadores, gestores ou conselheiros
Informe se esse Conselho discutiu sobre capacitação para trabalhadores, gestores ou conselheiros da Assistência Social em 2017
I_I Utilização de no mínimo 3% dos recursos do IGD-SUAS e IGD-PBF para o desenvolvimento das atividades do Conselho

## 42. O Conselho deliberou sobre a proposta anual de orçamento do executivo para o ano de 2017?

O financiamento da Política de Assistência Social é detalhado no processo de planejamento, por meio dos orçamentos plurianuais e anuais, que expressa a projeção das receitas e autoriza os limites de gastos nos projetos e atividades propostos pelo órgão gestor e aprovados pelos conselhos, com base na legislação, nos princípios e instrumentos orçamentários e na instituição de fundos de Assistência Social, na forma preconizada pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e pela Lei nº 4.320/64.

O Conselho de Assistência Social, municipal, estadual, ou DF, em sua função de acompanhar e avaliar a gestão dos recursos fiscalizará o oferecimento dos serviços socioassistenciais, dos benefícios eventuais, a execução de programas e projetos, as entidades governamentais e não governamentais prestadoras desses serviços, bem como a utilização dos recursos financeiros para este propósito.

Indicar se houve, ou não, deliberação do conselho sobre a proposta anual de orçamento do executivo para o ano de 2017.

## 43. Com que frequência o conselho aprecia o relatório de aplicação dos recursos dos Fundos de Assistência Social? *(Resposta única)*

Como parte das responsabilidades dos conselhos consta a apreciação do relatório de aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Social. Marque a frequência em que ocorre a disponibilização dos documentos comprobatórios das despesas realizadas pelo Fundo de Assistência Social, tendo em vista a transparência dos gastos públicos.

mensalmente
bimestralmente
trimestralmente
quadrimestralmente
semestralmente
anualmente
Sem frequência definida

Marque esta opção <u>se o gestor</u> municipal, estadual ou distrital <u>apresenta ao Conselho o relatório</u> de aplicação dos recursos do Fundo de Assistência Social, <u>mas sem frequência pré-estabelecida</u>.

# 44. O Conselho já regulamentou por meio de resolução própria os Benefícios Eventuais concedidos no âmbito da Assistência Social? (Decreto nº 6.307/07 e Resolução CNAS nº 39/10)

Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública (Art. 1º do <u>Decreto 6.307, de 14 de dezembro de 2007,</u>).

O mesmo Decreto prevê no § 2º do Art. 1º que a concessão dos Benefícios Eventuais será regulada pelos Conselhos de Assistência Social dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante critérios e prazos definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

O Art. 2º da <u>Resolução CNAS 39/2010</u> define como <u>papel dos conselhos</u> de assistência social e órgãos gestores promover e aprimorar o reordenamento da prestação dos benefícios eventuais afiançados na assistência social, referentes às provisões da política de saúde.
Informe se o Conselho possui ou não uma resolução própria regulamentando a concessão de Benefícios Eventuais.
Sim    Não
45. O Conselho acompanha os processos de pactuação da Comissão Intergestores Bipartite – CIB e da Comissão Intergestores Tripartite – CIT? (Resposta única)
A CIB e a CIT são espaços de negociação e pactuação de caráter permanente para discussão quanto aos aspectos operacionais da gestão do sistema descentralizado e participativo da assistência social. A CIB tem representatividade em dois níveis de gestão (estadual e municipal) e a CIT em três níveis de gestão (federal, estadual e municipal).
Sim, com regularidade
Marque esta questão para os casos em que o conselho acompanhe as pactuações da CIB e da CIT de forma constante, contínua, permanente.
Sim, sem regularidade
Marque esta questão para os casos em que o conselho acompanha as pactuações da CIB e da CIT, porém de forma esporádica, sem continuidade, irregular.
Não
Marque esta questão para os casos em que o conselho NÃO acompanha as pactuações da CIB e nem da CIT.
46. O Conselho acompanha os processos de deliberação do Conselho Nacional de Assistência Social e do Conselho Estadual de Assistência Social, no caso de municípios.
(Resposta única)
Sim, com regularidade  Marque esta opção se o conselho acompanha as pactuações da CIB e da CIT de forma constante, contínua e permanente.
Sim, com regularidade  Marque esta opção se o conselho acompanha as pactuações da CIB e da CIT de forma constante, contínua e permanente.
Sim, com regularidade  Marque esta opção se o conselho acompanha as pactuações da CIB e da CIT de forma constante, contínua e permanente.     Sim, sem regularidade
Sim, com regularidade  Marque esta opção se o conselho acompanha as pactuações da CIB e da CIT de forma constante, contínua e permanente.     Sim, sem regularidade  Marque esta opção se o conselho acompanha as pactuações da CIB e da CIT, porém de forma esporádica, sem continuidade, irregular.
Sim, com regularidade  Marque esta opção se o conselho acompanha as pactuações da CIB e da CIT de forma constante, contínua e permanente.     Sim, sem regularidade  Marque esta opção se o conselho acompanha as pactuações da CIB e da CIT, porém de forma esporádica, sem
Sim, com regularidade  Marque esta opção se o conselho acompanha as pactuações da CIB e da CIT de forma constante, contínua e permanente.     Sim, sem regularidade  Marque esta opção se o conselho acompanha as pactuações da CIB e da CIT, porém de forma esporádica, sem continuidade, irregular.
Sim, com regularidade  Marque esta opção se o conselho acompanha as pactuações da CIB e da CIT de forma constante, contínua e permanente.     Sim, sem regularidade  Marque esta opção se o conselho acompanha as pactuações da CIB e da CIT, porém de forma esporádica, sem continuidade, irregular.     Não  Marque esta opção se o conselho NÃO acompanha as pactuações da CIB e nem da CIT.
Sim, com regularidade  Marque esta opção se o conselho acompanha as pactuações da CIB e da CIT de forma constante, contínua e permanente.     Sim, sem regularidade  Marque esta opção se o conselho acompanha as pactuações da CIB e da CIT, porém de forma esporádica, sem continuidade, irregular.     Não
Sim, com regularidade  Marque esta opção se o conselho acompanha as pactuações da CIB e da CIT de forma constante, contínua e permanente.     Sim, sem regularidade  Marque esta opção se o conselho acompanha as pactuações da CIB e da CIT, porém de forma esporádica, sem continuidade, irregular.     Não  Marque esta opção se o conselho NÃO acompanha as pactuações da CIB e nem da CIT.
Sim, com regularidade  Marque esta opção se o conselho acompanha as pactuações da CIB e da CIT de forma constante, contínua e permanente.    Sim, sem regularidade  Marque esta opção se o conselho acompanha as pactuações da CIB e da CIT, porém de forma esporádica, sem continuidade, irregular.    Não  Marque esta opção se o conselho NÃO acompanha as pactuações da CIB e nem da CIT.  47. O Conselho é a Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família?  A ICS deve atuar no acompanhamento de todos os componentes do Programa como o Cadastro Único para Programas Sociais, a Gestão de benefícios, as condicionalidades, a fiscalização e as oportunidades de desenvolvimento das capacidades das famílias desenvolvidas ou articuladas pelo município e os programas

#### 48. O Conselho fiscaliza e acompanha a execução do Programa Bolsa Família?

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O programa tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.

A gestão do Programa Bolsa Família é descentralizada e compartilhada por União, estados, Distrito Federal e municípios. Os três entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução do Programa, instituído pela <u>Lei 10.836/2004</u> e regulamentado pelo <u>Decreto nº 5.209/2004</u>.

Indicar se o Conselho fiscaliza ou não a execução do Programa Bolsa Família.

|\_\_| Sim |\_\_| Não

## 49. Qual é o tipo de articulação deste Conselho com os demais Conselhos dos municípios: *(resposta única por linha)*

Assinale o tipo de articulação entre o conselho e as entidades.

Conselho Municipal de Saúde

Conselho Municipal de Educação

Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Conselho Municipal do Idoso

Conselho Tutelar

#### 50. Com que frequência esse Conselho: (resposta única por linha)

#### Recebe Denúncia

Denúncias são informações dadas em caráter sigiloso por usuários, trabalhadores, ou quais quer outras pessoas da rede, a respeito de casos de violação dos direitos dos usuários ou dos trabalhadores no âmbito da oferta dos serviços.

## Realiza reuniões ampliadas (com participação, também, de membros da sociedade civil que não sejam conselheiros)

Reuniões ampliadas são reuniões em que não há participação somente de conselheiros, há participação de usuários, prestadores de serviços e trabalhadores da área.

## Realiza reuniões descentralizadas (realizadas em bairros/distritos/municípios, fora da sede do Conselho)

Reuniões realizadas fora do espaço ou lugar fixo que o Conselho ocupa.

#### Realiza ações de mobilização social

Reuniões cujo objetivo é promover a participação social da comunidade. Podem envolver ações de apoio às reivindicações dos usuários, a promoção de fóruns, de conferências, de reuniões e de debates em torno da temática da assistência social.

#### Acompanha votações/discussões do Poder Legislativo local

Reuniões em que o Conselho acompanha as votações e/ou discussões do Poder Legislativo Local

#### BLOCO 6 – REDE SOCIOASSISTENCIAL

## 51. O conselho fiscaliza os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS? *(resposta única)*

Entre as competências dos conselhos, previstas no Art. 3º da Resolução CNAS nº 237/2006, estão ações como:

- V. acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados nas Políticas de Assistência Social Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;
- VI. normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;
- VIII. propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios, rendas e serviços;
- XII. inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social em seus municípios, cabendo ao Conselho Estadual fazê-lo em caso de inexistência de Conselho Municipal

#### |\_\_| Não fiscaliza (pule para a questão 53)

Marque esta opção se o conselho não realiza nenhuma fiscalização da rede socioassistencial pública e/ou privada existente no município, estado ou DF e passe para a próxima questão.

#### |\_\_| Sim, apenas a rede socioassistencial realizada por unidades públicas do SUAS

Marque esta opção se o conselho fiscaliza a rede socioassistencial pública existente no município, estado ou DF (CRAS, CREAS ou CENTRO POP, entre outros).

#### |\_\_ | Sim, apenas a rede socioassistencial realizada por entidades do SUAS

Marque esta opção se o conselho fiscaliza a rede socioassistencial privada existente no município, estado ou DF (Alguns serviços da assistência social podem ser prestados por entidades privadas ou públicas, é o caso dos serviços de acolhimento, do Centro Dia e Centro de Convivência, por exemplo).

#### | | Sim, por toda a rede socioassistencial (unidades públicas e entidades) do SUAS

Marque esta opção se o conselho fiscaliza a rede socioassistencial pública e, também, a rede socioassistencial privada existente no município, estado, ou DF.

#### 52. Se sim, informe como a fiscalização é realizada: (resposta única)

Nesta questão, deverão ser indicados os meios utilizados pelo conselho para a fiscalização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS.

#### | Por meio de visitas

Marcar esta opção se o conselho <u>SOMENTE</u> realiza fiscalizações a partir de visitas aos locais em que se encontram as unidades que prestam serviços socioassistenciais da rede pública e privada.

#### |\_\_| Por meio de análise de relatórios

Marcar esta opção se o conselho <u>SOMENTE</u> realiza fiscalizações a partir da análise de relatórios sobre a aplicação dos recursos e execução dos serviços socioassistenciais por parte das unidades.

#### |\_\_| Ambas as formas

Marcar esta opção se o conselho, simultaneamente, realiza fiscalizações por meio de visitas e da análise de relatórios.

53. O conselho tem planejamento das fiscalizações realizadas anualmente?
Nesta questão deverá ser considerada a existência ou não de um planejamento (cronograma, definição de estratégias, etc.) para as fiscalizações realizadas durante o ano.
Sim
Marcar esta opção se o conselho define um planejamento anual das atividades de fiscalização.
Não, as fiscalizações são realizadas somente mediante denúncia.
Marcar esta opção se o conselho NÃO define um planejamento anual das atividades de fiscalização e realiza fiscalização somente mediante denúncias recebidas.
54. Quantas visitas foram realizadas as entidades da rede socioassistencial em 2017?
Indique o quantitativo de visitas realizadas durante o ano. Caso não tenha a informação, assinale "não sabe".
_ visitas a unidades públicas da rede socioassistencial    não sabe   _ visitas a entidades/ organizações da sociedade civil    não sabe   _ total de visitas    não sabe
55. O Conselho delibera sobre os critérios de repasse de recursos para entidades?
De acordo com o item IX, do Art. 3º da Resolução CNAS nº 237/2006, cabe aos Conselhos de Assistência Social:
IX. Aprovar critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento.
<b>Sim</b>
Dessa forma, nesta questão deverão indicar a opção 'Sim' aqueles conselhos que <u>DELIBERAM</u> a respeito do repasse de recursos para entidades.
Não
Deverão indicar a opção "Não" aqueles conselhos que, embora situados em estados ou municípios (ou DF) que possuem entidades privadas de assistência social, <u>NÃO DELIBERAM</u> a respeito do repasse.
56. O Conselho regulamentou, por meio de resolução própria (do CMAS/CEAS/CAS/DF), a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais?
Informar se houve resolução do Conselho para regulamentar a inscrição das entidades, organizações, serviços, programas, projetos e benefícios.
Considerando a Resolução CNAS nº 14/2014 que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal:
Sim <i>(pule para a questão 58)</i>
57. Qual o número e o ano desta Resolução?
Informe o número e o ano da Resolução.
De que ano?   _ _

58. O que está estabelecido por esta Resolução?
Assinale o que está determinado da Resolução.
Caracterização das entidades/organizações
Documentação exigida
Local para entrega da documentação
Tempo para deferimento/indeferimento
Procedimentos e análise do processo de Inscrição
Condições para visita as unidades
Pedido de reconsideração/recurso
Cancelamento da inscrição
Acompanhamento e fiscalização das entidades
Outros. Qual?
59. Atualmente, quantas entidades possuem Inscrição no Conselho?
A <u>Lei 8.742/1993</u> , <u>Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)</u> , define, no art. 9º, que o funcionamento das entidades e organizações de assistência social <u>depende de prévia inscrição</u> no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, ou do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal, conforme o caso. No § 2º, deste artigo, define que cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social e ao Conselho de Assistência Social do Distrito Federal a fiscalização das entidades referidas no caput na forma prevista em lei ou regulamento.
É de responsabilidade dos conselhos de assistência social, de acordo com o item XII, Art. 3º da Resolução CNAS nº 237/2006:
XII. inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social em seus municípios, cabendo ao Conselho Estadual fazê-lo em caso de inexistência de Conselho Municipal.
Informe o total de entidades socioassistenciais da rede privada inscritas no conselho.
60. Quantos pedidos de inscrição de entidades foram recebidos por este Conselho em 2017 (De 01 de janeiro a 31 de agosto de 2017)?
Informe o total de pedidos de inscrição no período.
_ _  entidades    não sabe
61. Quantos pedidos foram deferidos em 2017 (De 01 de janeiro a 31 de agosto de 2017)?
Informe o quantitativo de pedidos deferidos.
_ _  entidades    não sabe

<b>62. Quantos cancelamentos foram realizados em 2017</b> (De 01 de janeiro a 31 de agosto de 2017)?
Informe o quantitativo de pedidos cancelados.
entidades    não sabe
63. Quais os principais motivos de indeferimento?
Informe os motivos para o indeferimento dos pedidos.
Falta de documentação
As entidades não ofertam serviços de Assistência Social
Outros. Qual?
Não houve indeferimentos
64. Quanto tempo, em média, leva do momento que a entidade faz o pedido de inscrição até o seu deferimento/indeferimento?
Informe o tempo médio entre o pedido de inscrição e o resultado.
_   meses    não sabe
65. Quantas audiências públicas para apresentação das entidades inscritas foram realizadas no último ano?
Indique o quantitativo de audiências públicas para comunicação das entidades inscritas.
_ audiências    não houve
66. O Conselho já estabeleceu, por meio de resolução, o Plano de Acompanhamento e Fiscalização das entidades e organizações da Sociedade Civil inscritas, com os respectivos critérios?
Informe se houve determinação, através da resolução, do Plano de Acompanhamento e Fiscalização das entidades e organizações da Sociedade Civil inscritas.
Sim    Não
67. O Conselho acompanha a execução dos Planos de Ação apresentados pelas entidades e organizações da Sociedade Civil inscritas no conselho?
Assinale se há acompanhamento da execução dos Planos de Ação.
Sim    Não
BLOCO 7 – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

68. Qual o tempo de mandato dos Conselheiros desse Conselho? (resposta única)

Informar qual é o período que os conselheiros podem exercer suas funções no Conselho a partir da eleição, nomeação ou designação

Não é para considerar o período de recondução.
3 anos
4 anos ou mais
69. Quantas vezes cada Conselheiro pode ser reconduzido (por igual período ao mandato)? (resposta única)
Considere recondução a possibilidade de se manter no cargo sem a exigência de intervalo entre um mandato e outro.
1 vez
Marque essa opção caso a quantidade de vezes que cada conselheiro poderá ser reconduzido, por igual período no mandado, for de uma vez.
2 vezes
Marque essa opção caso a quantidade de vezes que cada conselheiro poderá ser reconduzido, por igual período no mandado, for de duas vezes.
3 vezes
Marque essa opção caso a quantidade de vezes que cada conselheiro poderá ser reconduzido, por igual período no mandado, for de três vezes.
mais de 4 vezes
Marque essa opção caso a quantidade de vezes que cada conselheiro poderá ser reconduzido, por igual período no mandado, for de quatro anos ou mais.
Não pode ser reconduzido
Marque esta opção caso o regimento ou lei determine que o conselheiro não poderá ser reconduzido.
Não está estabelecido no regimento, nem na lei de criação do conselho.
Marque essa opção caso não tenha sido estabelecido no regimento, nem na lei de criação deste conselho a quantidade de vezes que cada conselheiro poderá ser reconduzido por igual período no mandato.
70. O Presidente e Vice-presidente do Conselho são eleitos em reunião plenária do Conselho?
O Presidente e Vice-presidente do conselho devem ser eleitos entre seus membros, em reunião plenária. A Resolução CNAS nº 237/2006, em seu Art. 10 recomenda ainda, a alternância entre representantes do governo e da sociedade civil em cada mandato, sendo permitida uma única recondução.
Informe se o Presidente e o Vice-Presidente são eleitos em reunião plenária do Conselho.
Sim
71. Há alternância na presidência entre os representantes do governo e os representantes da sociedade civil?
Informar se a presidência do Conselho é alternada após o término dos períodos dos mandatos entre representantes do governo e da sociedade civil na ocupação do cargo da presidência e vice-presidência do Conselho.
Sim

72. Os representantes da sociedade civil no Conselho são: <i>(resposta única)</i>
Informar de que maneira os representantes da sociedade civil são escolhidos para o cargo de conselheiro.
Eleitos em assembleias instaladas especificamente para esse fim
Indicados pelo poder público
Uma combinação dos dois
73. Para o segmento de usuários, quem tem direito a voto no processo de eleição dos representantes da sociedade civil? (admite múltiplas respostas)
Segundo a Resolução CNAS nº 24/2006 no Art. 1º:
§ 1º Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da PNAS, organizadas sob diversas formas, em grupos que têm como objetivo a luta por direitos. Reconhecem-se como legítimos: associações, movimentos sociais, fóruns, redes ou outras denominações, sob diferentes formas de constituição jurídica, política ou social.
§ 2º Serão consideradas organizações de usuários aquelas juridicamente constituídas, que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos a defesa dos direitos de indivíduos e grupos vinculados à PNAS, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.
O próprio usuário
Marcar esta opção se são os usuários (pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da PNAS, executados pela rede pública ou privada) que podem votar no processo de eleição dos representantes da sociedade civil.
││ Os representantes e organizações de usuários
Marcar esta opção se são os representantes de organizações de usuários (aquelas juridicamente constituídas, que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos a defesa dos direitos de indivíduos e grupos vinculados à PNAS) que podem votar no processo de eleição dos representantes da sociedade civil.
Este Conselho não possui representantes de usuários <i>(pule para a questão 75)</i>
Marcar esta opção caso não haja representantes de usuários.
74. Os representantes de usuários ou organização de usuários são: (admite múltiplas respostas)
Informar quais são os representantes de usuários ou organizações de usuários que fazem parte deste conselho.
Beneficiários do Programa Bolsa Família
Beneficiário ou família de beneficiários do BPC - Benefício de Prestação Continuada
Usuários de serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica
Usuários de serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial
Representantes de associação comunitária ou de moradores
Representante de fórum ou coletivo de usuários
Outros. Qual(is)?

75. Os representantes de trabalhadores são: (admite múltiplas respostas)					
Informar quem são os representantes de trabalhadores no conselho.     Representante de sindicato de trabalhadores    Representante de conselho de classe profissional (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS, Conselho Regional de Psicologia – CFP, outros conselhos de classe)    Representante de associação, fórum ou coletivo de trabalhadores					
Outros. Qual(is)?					
76. O conselho tem comissões permanentes?					
As comissões permanentes auxiliam e assessoram o conselho, em determinados temas, para que suas decisões e pareceres sejam baseados em informações e análises fundamentadas. Indique se o Conselho possui ou não comissões permanentes.					
Sim					
77. Quais das comissões permanentes estão funcionando regularmente nesse conselho? (admite múltiplas respostas)  Considere como permanentes aquelas comissões que se reúnem periodicamente, que têm membros fixos e que têm por responsabilidade discutir um tema específico.  Comissão de normas					
Comissão de política					
Comissão de financiamento					
Comissão de acompanhamento de conselhos (esta opção só deve ser respondida pelos CEAS).					
Comissão de ética					
Comissão de acompanhamento de benefícios e transferência de renda (BPC, Programa Bolsa Família, outros)					
Comissão de fiscalização/monitoramento/cadastro de entidades					
Comissão de comunicação					
Outras. Quais?					

#### 78. Segundo as normatizações, esse conselho é composto por quantos Conselheiros:

Conselheiros são agentes públicos, conforme definido na <u>Lei 8.429/92</u>, designados para desempenhar as atribuições que estão enumeradas no rol de competências do conselho. Em razão disso, devem observar os princípios da Administração Pública (legalidade, moralidade, publicidade, eficiência, impessoalidade) e o princípio infraconstitucional da supremacia do interesse público.

#### Atenção!

Tendo em vista que o conselho é um órgão colegiado que deve ser constituído de forma paritária, nesta questão tem que ser informado no mínimo 2 (dois).



_  Titulares
Informar o número total de conselheiros titulares do Conselho.
_  Suplentes
Informar o número total de conselheiros suplentes, aqueles que assumem o cargo dos conselheiros titulares de forma automática em suas ausências ou por algum impedimento.
79. Segundo as normatizações, esse conselho é composto por quantos Conselheiros:
Conforme dispõe o <b>Art. 16 da LOAS</b> , os conselhos têm composição paritária entre governo e sociedade civil. A Resolução do CNAS nº 237/2006, em seu § 3º, art. 10, recomenda que "o número de conselheiros/as não seja inferior a 10 membros titulares". Outra situação a ser considerada na composição dos Conselhos de Assistência Social é a proporcionalidade dos três segmentos que compõem a sociedade civil (usuários, trabalhadores e entidades de assistência social).
_  Representantes do governo
Informar o número total de conselheiros que representam o governo neste conselho.
_  Representantes da sociedade civil
Informar o número total de conselheiros que representam a <u>sociedade civil</u> neste conselho.
80. Algum Conselheiro já participou de algum curso do CAPACITASUAS?
Informar se algum Conselheiro participou de algum curso do CAPACITASUAS. Caso tenha participado, indique o número de Conselheiros.
Sim, Quantos Conselheiros?   _
Não

#### **BLOCO 7 – CONSELHEIROS**

#### 81. Indique os dados dos conselheiros conforme abaixo:

NOME	Data de Nascimento	Sexo	Email	Escolaridade	Representação	Função	Data de Início do mandato	Data de término do mandato	CPF*
1)	_/_/_	F    M					/	/	
2)	//_	F    M					//	/	
3)	_/_/_	F    M					//	/	
4)	//	F    M					//	/	
5)	_/_/_	F    M					//	//	
6)	_/_/_	F    M					//		
7)		F    M					//	//	

<sup>\*</sup>O número de CPF é obrigatório. Preencha o quadro anterior utilizando número correspondente à Escolaridade, Representação e à Função de cada conselheiro

Escolaridade Representação		Função	Vinculo		
1- Ensino Fundamental Incompleto 2- Ensino Fundamental Completo 3- Ensino Médio Incompleto 4- Ensino Médio Completo 5- Ensino Superior Incompleto 6- Ensino Superior Completo 7- Especialização 8- Mestrado 9- Doutorado	1. Governamental – Assistência Social 2. Governamental – Educação 3. Governamental – Saúde 4. Governamental – Outras áreas 5. Sociedade Civil - das entidade e Organizações de Assistência. Social 6. Sociedade Civil – das organizações de usuários 7. Sociedade Civil – dos trabalhadores 8. Sociedade Civil – dos usuários	1. Apoio Administrativo 2. Conselheiro(a) Presidente 3. Conselheiro Suplente 4. Conselheiro titular 5. Coordenador(a) 6. Educador(a) Social 7. Estagiário(a) 8. Outros 9. Secretário(a) Executivo 10. Serviços Gerais	1. Sem vínculo 2. Comissionado 3. Servidor/Estatutário 4. Servidor Temporário 5. Empregado Público Celetista – CLT 6. Terceirizado 7. Outro vínculo não permanente 8. Trabalhador de empresa/ Cooperativa/Entidade Prestadora de Servico		
		11. Técnico(a) Nível Médio	9. Voluntário		
		12. Técnico(a) Nível Superior			

Preencha o quadro anterior utilizando número correspondente à Escolaridade, Representação e à Função de cada conselheiro.

#### **NOME**

Informar nome completo e sem abreviatura dos conselheiros do Conselho (Titulares e Suplentes).

#### **DATA DE NASCIMENTO**

Informar a data de nascimento do(a) conselheiro(a).

#### **SEXO**

Informar se o conselheiro é do sexo feminino (F) ou masculino (M)

#### **ESCOLARIDADE**

Informar, de acordo com as opções do quadro, o maior nível de ensino cursado pelo conselheiro. Quando for o nível incompleto, significa que o conselheiro começou a cursar um nível de ensino, mas não o concluiu. Considerando que:

#### Sem Escolaridade

Informar esta opção se o conselheiro nunca frequentou a escola.

#### **Ensino Fundamental Incompleto**

Informar esta opção se o(a) conselheiro (a) frequentou escola, mas não concluiu o Ensino Fundamental (8ªsérie).

#### **Ensino Fundamental Completo**

Informar esta opção se o (a) conselheiro (a) completou o ensino fundamental, ou seja, concluiu a 8ª série e não completou o ensino médio.

#### **Ensino Médio Incompleto**

Informar esta opção se o(a) conselheiro(a) não completou o ensino médio, ou seja, não concluiu a 3ª série do Ensino Médio (ou algum outro curso técnico de nível médio)

#### **Ensino Médio Completo**

Informar esta opção se o (a) conselheiro (a) completou o ensino médio, ou seja, concluiu o 3º Ano do Ensino Médio e não completou o Ensino Superior.

#### **Ensino Superior Incompleto**

Informar esta opção se o(a) conselheiro(a) não concluiu a graduação em instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

#### **Ensino Superior Completo**

Informar esta opção se o (a) conselheiro (a) completou o ensino superior, ou seja, concluiu um curso de graduação.

#### Especialização

Informar esta opção se o (a) conselheiro (a) completou curso de pós-graduação lato sensu (Especialização).

#### Mestrado

Informar esta opção se o (a) conselheiro (a) completou curso de pós-graduação stricto sensu – Mestrado.

#### **Doutorado**

Informar esta opção se o (a) conselheiro (a) completou curso de pós-graduação stricto sensu – Doutorado.

#### **REPRESENTAÇÃO**

Informar, de acordo com as opções do quadro, quem o conselheiro está representando, se é a sociedade civil ou o governo.

#### **FUNÇÃO**

Informar qual a função ocupada pelo conselheiro no CMAS (ou CEAS ou CAS/DF): se presidente, vice-presidente, conselheiro titular ou suplente.

#### **DATA DE INÍCIO DO MANDATO**

Informar qual o dia, mês e ano que o conselheiro tomou posse no Conselho, para a gestão atual. Utilizar o formato dd/mm/aaaa, por exemplo: 27/08/2011.

#### DATA DE TÉRMINO DO MANDATO

Informar qual o dia, mês e ano que será finalizado o período em que o conselheiro permanecerá no conselho exercendo suas funções de conselheiro (titular). Utilizar o formato dd/mm/aaaa, por exemplo: 30/12/2010.

#### <u>CPF</u>

O CPF é o cadastro de pessoa física na Receita Federal. O número é composto por 11 (onze) dígitos. Atenção: é obrigatório informar o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do Conselheiro.

Atenção! Este dado é para uso interno e não será divulgado.

#### **BLOCO 8 – RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO**

Identificação da pessoa responsável pelas informações prestadas pelo Conselho:
Nome: Nome completo e sem abreviatura do responsável pelo preenchimento deste formulário
<b>CPF:</b> O CPF é o Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal. O número é composto por 11 (onze) dígitos. Atenção: é obrigatório informar o número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do responsável pelo preenchimento deste formulário.
Data:// Informar em qual dia, mês e ano este formulário foi preenchido. Utilizar o formato dd/mm/aaaa, por exemplo: 27/08/2010.
Cargo/Função no Conselho: Assinalar qual é o cargo ou função do responsável pelo preenchimento deste questionário.
Presidente do Conselho    Vice- Presidente do Conselho    Outro Conselheiro (a)    Secretário(a) Executivo (a)    Outro Conselheiro(a)
Telefone: ()
Informe o número do telefone de contato do responsável pelo preenchimento deste questionário no Conselho. Utilizar o seguinte formato: DDD com 02 (dois) dígitos e número do telefone com 08 (oito) dígitos. Por exemplo: (61) 3433-8783. Caso o conselho não tenha telefone, informe o da Secretaria Municipal de Assistência Social ou congênere, ou, ainda, o da Prefeitura Municipal.
E-mail:
E-mail se refere ao endereço eletrônico (ex: joaolua@gmail.com). Informe o e-mail do responsável pelo preenchimento deste formulário. Caso este não possua e-mail informe o e-mail do Conselho, da Secretaria Municipal de Assistência Social ou congênere (semelhante), ou o da Prefeitura Municipal. O e-mail informado deve ser institucional. Apenas na ausência deste pode ser informado e-mail particular.

Este formulário original, após a digitação dos dados, deve permanecer arquivado no Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) ou Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), ou Conselho de Assistência Social do Distrito Federal (CAS/DF), conforme o caso.